



ESTADO DO AMAZONAS
TRIBUNAL DE CONTAS
Consultoria Técnica

PROCESSO Nº: 10354/2022

NATUREZA: Administrativo

ESPÉCIE: Consulta

INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO AMAZONENSE DE MUNICÍPIOS - AAM

ASSUNTO: CONSULTA INTERPOSTA PELA ASSOCIAÇÃO AMAZONENSE DE MUNICÍPIOS - AAM, REPRESENTADA PELO SR. JAIR AGUIAR SOUTO, PREFEITO DE MANAQUIRI ACERCA DO DO EFEITO RETROATIVO DA AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DEFINIDA PELA LEI Nº 14276/2021.

INFORMAÇÃO Nº 03/2022-CONSULTEC

Senhor Conselheiro-Relator,

Trata-se de consulta formulada pelo Sr. Jair Aguiar Souto, Prefeito do Município de Manaquiri/AM, e Presidente da Associação Amazonense de Municípios - AAM, solicitando desta Corte de Contas posicionamento no sentido se há efeito retroativo da ampliação do conceito de profissionais da educação definida na Lei 14.276/2021.

De acordo com o Despacho nº 108/2022, subscrito pela Presidência desta Corte de Contas, a consulta foi formulada em tese, por autoridade legítima, com a apresentação objetiva de quesitos e que versa sobre matéria de competência deste Tribunal, preenchido, portanto, os requisitos de admissibilidade exigidos pelo art. 274, VIII, da Resolução nº 04/2002- RITCE-AM e art. 1º, XXIII, da Lei Estadual nº 2.324/1996 (Lei Orgânica do TCE).

Por conseguinte, vieram os autos a esta Consultoria Técnica - CONSULTEC para emissão de Relatório técnico.



ESTADO DO AMAZONAS
TRIBUNAL DE CONTAS
Consultoria Técnica

É breve o relatório.

Cumpre esclarecer que a Lei nº 14.276/2021 altera o escopo da Lei nº 14.113/2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), disciplinando questões sobre o pagamento e o uso dos recursos do Fundo.

A alteração da Lei foi feita com o propósito de estabelecer quem são aqueles que devem ser considerados os profissionais da educação básica pública, logo, os remunerados com a parcela de 70% (setenta por cento) do Fundeb, o qual prevê o art. 26 da Lei nº 14.113/2020.

No que tange à possibilidade de efeito retroativo da nova Lei do Fundeb, ora questionado pelo Consulente, é preciso observar alguns preceitos do Direito Intertemporal para melhor responder.

O Direito Intertemporal é o Direito que cuida dos conflitos da lei no tempo, do intervalo entre a vigência de uma norma anterior a uma norma posterior, tendo característica de Direito Transitório.

Nesse sentido, o lapso temporal entre uma norma e outra se faz necessário para que a norma jurídica tenha vigor a partir do período de sua vigência, para que a norma tenha atividade dentro daquele ciclo, fazendo com que a aplicação da lei dentro do espaço de tempo em que ela se encontra em atividade, traga ao ordenamento jurídico estabilidade, segurança jurídica.

A segurança jurídica é uma garantia fundamental prevista no inciso XXXVI do artigo 5º da Constituição Brasileira, que determina:

“Art 5º, XXXVI, CF – a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;”

Sendo o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, previstos no artigo supracitado, dogmas do Direito Intertemporal, que



ESTADO DO AMAZONAS
TRIBUNAL DE CONTAS
Consultoria Técnica

aplicados produzem a manutenção da segurança jurídica, impedindo que uma nova lei possa tirar um direito adquirido por lei anterior.

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro também traz em seu texto proteção aos dogmas do Direito Intertemporal, *in verbis*:

Art. 6º A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. (Redação dada pela Lei nº 3.238, de 1957)

§ 1º Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou. (Incluído pela Lei nº 3.238, de 1957)

§ 2º Consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição pré-estabelecida inalterável, a arbítrio de outrem. (Incluído pela Lei nº 3.238, de 1957)

§ 3º Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso.

Ou seja, a lei deve disciplinar situações posteriores à data em que foi decretada, tendo caráter prospectivo, para que não ocorra dano à segurança jurídica.

Com o surgimento da nova lei do Fundeb, a mesma altera a lei anterior, e mantém seus efeitos no tempo futuro, não atingindo a época da lei passada.

Desta forma, fica claro que a irretroatividade da lei é a regra no ordenamento jurídico, enquanto a retroatividade é a exceção, devendo a lei retroagir apenas quando houver previsão legal, respeitando assim o princípio da irretroatividade.

No caso em tela, a Lei 14.276/2021 dispõe em seu artigo 2º:



ESTADO DO AMAZONAS
TRIBUNAL DE CONTAS
Consultoria Técnica

Lei 14.276, de 27 de dezembro de 2021

"(...) Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação."

Sendo assim, a própria Lei torna obrigatória a sua vigência na data de sua publicação em diante. Não apresenta em seu texto normativo disposições transitórias, critérios para solucionar conflitos de lei no tempo, que sugerem a sua aplicação em casos pretéritos.

Diante do exposto entendimento acerca do Direito Intertemporal, esta Consultoria Técnica resta então acatar que **não há efeito retroativo** da ampliação do conceito de profissionais da educação, devendo a Lei 14.276/2021 do Fundeb **ter eficácia ex nunc, a partir da data em que foi decretada.**

Obedecendo o Despacho do Relator (fls. 10), enviamos a presente informação ao Ministério Público de Contas para pronunciamento.

Submete-se o assunto à consideração superior.

É a manifestação desta CONSULTEC, s.m.j.

CONSULTORIA TÉCNICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 09 de fevereiro de 2022.

PEDRO AUGUSTO OLIVEIRA DA SILVA

DIRETOR DA CONSULTEC

ISADORA ALVES CHIXARO

ASSESSORA DA CONSULTEC